



NEOLIBERALISMO E DESIGUALDADE SOCIAL NA ARGENTINA: o impacto na concentração de renda (1989-2001)

Laryssa Costa Silva¹

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar o impacto das políticas neoliberais, adotadas durante o período de 1989 a 2001, na desigualdade social da Argentina, principalmente na concentração de renda. Através de documentos oficiais destacamos o papel que as instituições financeiras internacionais possuíram como propagativas dessas políticas econômicas até a explosão da crise social e durante seu desenvolvimento. Por último, apresentamos uma interpretação dos dados econômicos argentino e a inter-relação com as variáveis dos indicadores sociais, como o desemprego, pobreza e indigência, distribuição e concentração de renda. Disto concluímos que as consequências das reformas neoliberais resultaram em: uma demanda insuficiente que não sustentava um crescimento a longo prazo, uma economia mais vulnerável a ataques especulativos e uma alta concentração de renda, acompanhada do aumento da pobreza, do desemprego e a destruição da capacidade de articulação dos trabalhadores.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Argentina. Concentração de renda. Desigualdade social.

ABSTRACT

The present work seeks to present the effect of the neoliberal policies, adopted between 1989 and 2001, in social inequality of Argentina, mainly in the income concentration. Through official documents, we highlight the role played by international financial institutions in propagating neoliberal economic policies until the explosion of the social crisis and during its development. Finally, we present an interpretation of the Argentinian economic data and the interrelation with social indicators variables, such as unemployment rate, poverty and indigence and income distribution. Therefore we conclude that the consequences of neoliberal political reforms resulted in: an insufficient demand that did not support long-term growth, an economy more vulnerable to speculative attacks and a high concentration of income, followed by increase in poverty and indigence, unemployment and destruction of workers' ability to articulate.

Keywords: Neoliberalism. Argentina. Income concentration. Social inequality.

1 INTRODUÇÃO

¹ Economista; Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA); laryssa1costa@gmail.com.



As últimas décadas do século XX foram marcadas pela hegemonia neoliberal no capitalismo mundial, em que, praticamente, todos os países da região latina passaram por uma ou mais rodadas de reformas nas estruturas econômicas provenientes do “Consenso de Washington”, evidenciando-se a abertura comercial, a desregulamentação dos mercados e as privatizações das empresas estatais. Tais medidas ocasionaram desajustes significativos em diversos setores de produção, afetando diretamente os processos de trabalho e os salários dos trabalhadores, assim como as condições sociais da fração mais desamparada da população latino-americana (MATTEI, 2017).

A Argentina incorporou em sua totalidade as sugestões do chamado “Consenso de Washington”, corolário formulado durante a década de 1980 em centros de pensamento acadêmico nas metrópoles anglo-saxãs e reverberado à periferia. A Argentina é considerada o melhor exemplo de devoção da agenda neoliberal, pela rapidez na adesão das advertências do FMI. A implantação rápida e profunda das reformas neoliberais na Argentina se deu no governo de Carlos Menem (1989-1999), do Partido Justicialista, o qual também implantou um regime cambial fixo, denominado Plano de Convertibilidade, que estabeleceu a paridade entre o peso argentino e o dólar em um para um. Durante toda sua permanência, o regime de conversibilidade e as reformas neoliberais foram apoiados pelo FMI e mantidos pelo sucessor de Menem, Fernando De La Rúa (1999-2001), da *Unión Cívica Radical* (UCR).

As medidas adotadas pela Argentina incluíam privatização das empresas estatais, abertura de suas contas de capital, permissão de compra e venda de empresas nacionais ao capital externo, e atingiam uma economia desnacionalizada, com baixo investimento público, aumento da dívida externa, maior dependência do mercado globalizado, desemprego estrutural, aumento da concentração de renda e da pobreza. É nessa condição que vale averiguar até que ponto as políticas neoliberais impostas pelas instituições financeiras internacionais, FMI e Banco Mundial, e adotadas pela Argentina influenciaram no alargamento da desigualdade social, principalmente na concentração de renda desses países.

A pesquisa proposta, quanto à conduta metodológica, possui natureza bibliográfica, com base em fundamentos conceituais e bibliografias existentes frente



ao tema, e documental, de forma que os dados e as informações obtidos foram analisados e interpretados de acordo com o que outros estudos já apresentam sobre a história do pensamento econômico liberal, o debate da globalização, as políticas e as questões sociais e os indicadores sociais. A respeito da abordagem, caracteriza-se como qualitativa, pelo aprofundamento da compreensão analítica dos dados obtidos, buscando explicar a influência das políticas neoliberais na desigualdade social da Argentina, e quantitativa, pela relevância das relações entre as variáveis.

Nesse sentido, na próxima seção apresentaremos o cenário político e econômico do governo Menem, durante 1989 e 1999. A seguir, buscaremos mostrar, como se deu a primeira e a segunda rodada de privatizações acompanhada da reforma trabalhista e da extensão da crise econômica às esferas política e social no governo De La Rúa. Finalmente, apresentaremos uma interpretação dos dados econômicos argentino e a inter-relação com as variáveis dos indicadores sociais, como o desemprego, pobreza e distribuição de renda.

2 NEOLIBERALISMO E POLÍTICA ECONÔMICA

De acordo com Harvey (2014), a principal característica do Estado neoliberal é o forte favorecimento dos direitos individuais à propriedade privada, ao regime de Direito e às instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio. O alicerce legal para garantir as liberdades individuais são as obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente configurados no domínio do mercado. Sendo assim, o Estado tem a obrigação de usar o seu alcance para preservar a todo custo essas liberdades. A teoria neoliberal considera um bem fundamental a liberdade de negócios e as corporações de operar neste âmbito institucional de livres mercados e livre comércio.

No Estado neoliberal, a empresa privada e a iniciativa dos empreendedores são julgadas como a principal característica da inovação e da criação de riqueza. Há proteção dos direitos de propriedade intelectual com o objetivo de estimular as mudanças tecnológicas. Dessa forma, o crescimento da produtividade deve possibilitar padrões de vida mais elevados. A teoria neoliberal defende que a



erradicação da pobreza pode ser sustentada por meio do livre mercado, sob a hipótese de que “uma maré montante faz subir todos os barcos” ou sob o “efeito multiplicador”.

Em uma perspectiva cronológica, Puello-Socarrás (2015) define o Neoliberalismo como uma fase superior do capitalismo. No entanto, é também o período em que se verifica quantitativa e qualitativamente o agravamento das lógicas e das contradições inerentes à acumulação de capital.

O processo de globalização em todo o mundo revelou os níveis de exploração econômica, dominação política, opressão social e alienação ideológica, ilustrando as dimensões do Neoliberalismo como fase superior do capitalismo.

Desde a década de 1970 até os dias de hoje, o Neoliberalismo é, por excelência, a estratégia ofensiva e contrarrevolucionária do Capital (contra o Trabalho). Portanto, o Neoliberalismo deve ser concebido igualmente como uma reação (também: “saída” e “solução” para as elites econômicas e políticas mundiais) com o objetivo de enfrentar a crise estrutural e global do capitalismo tardio. (PUELLO-SOCARRÁS, p. 22, 2015).

Segundo Dardot e Laval (2016), uma das relevâncias da análise de Harvey é quando ele destaca que os métodos da “suposta acumulação original” permanecem além do surgimento do capitalismo industrial e quando considera que é preciso compreender como, ainda hoje, a intervenção pública é necessária para construir mercados e criar “mercadorias fictícias”. Apesar de que “o verdadeiro motor da história continua a ser o poder do capital, que subordina o Estado e a sociedade, colocando-os a serviço de sua acumulação cega” (DARDOT; LAVA, 2016, p. 23).

Alguns métodos particulares do Neoliberalismo se materializaram em diversos programas de políticas econômicas (mas não exclusivamente), conforme foi evidenciado pelo Consenso de Washington através de uma agenda de estruturação econômica para os países periféricos.

A agenda neoliberal imposta pelo Consenso abrangia, de acordo com as necessidades de liquidez e emprego dos países centrais: (a) a renegociação das dívidas adquiridas pela periferia nas décadas de 1950, 1960 e 1970, de forma que favorecessem o centro credor, proporcionando também a continuidade do endividamento; (b) o combate à inflação por meio da contenção da demanda interna,



o que diminuiria o risco dos investimentos feitos nos países periféricos; (c) reformas liberais, com abertura de mercado de bens, serviços e capitais e deterioração das relações trabalhistas, favorável aos ganhos do capital; (d) a privatização de bens, de ativos e de serviços públicos, de preferência às empresas transnacionais, estimulando o “Estado Mínimo” (ROMERO, 2001).

O FMI condicionou sua ajuda à economia argentina em troca da adesão a uma agenda de “ajuste e reforma”, que previa a privatização de várias empresas públicas, a abertura ilimitada do comércio exterior do país, a diminuição da ação do Estado na economia doméstica e o abandono das redes de proteção social, legal e previdenciária do Estado aos trabalhadores.

3 CENÁRIO POLÍTICO E ECONÔMICO DO GOVERNO MENEM (1989-1999)

Durante a década de 1990, as relações da Argentina com o FMI e os Estados Unidos se fortaleceram. Segundo Ferrer (2004), não houve um momento do governo de Carlos Menem em que o FMI indicasse o fim do acesso ao crédito. Encontraram em Menem um discípulo obediente que manteria o cumprimento das condicionalidades impostas pelas instituições financeiras, o que justificava o novo comportamento do FMI.

A reforma estrutural estabelecida pelas Leis de Emergência Econômica (nº. 23.697) e de Reforma do Estado (23.696), aprovadas pelo Congresso no final de 1989, fazem parte do conteúdo da agenda de ajuste e reforma e ofereceram as condições legais para começar o processo de privatizações e de abertura da economia. A lei de Reforma do Estado determinou a necessidade de privatizar inúmeras empresas públicas, deixando a cargo do presidente a decisão de como isso deveria ser feito. A lei de Emergência Econômica interrompeu os subsídios, os privilégios e os regimes de promoção de funcionários públicos, aprovando sua demissão pelas empresas públicas (ROMERO, 2001)

A estratégia de Menem era eliminar qualquer tipo de dificuldade para executar a agenda de ajuste e reforma, que, inicialmente, constituiria nas leis de Reforma do Estado e de Emergência Econômica, citadas anteriormente. Cano (2000) dividiu o



programa de reforma do Estado em dois segmentos: (a) a reforma do setor público e (b) um programa de desregulamentação. Em relação à reforma das instituições públicas, a agenda cumpria o receituário neoliberal fortemente elogiado à época, em que foram estabelecidos: a redução do número de funcionários; também foi estabelecido o encerramento de 33% dos setores que empregavam funcionários não fixos, afastando docentes, funcionários da área da saúde, segurança, técnicos e cientistas; foram congeladas novas contratações no setor público, planos de carreira e estrutura salarial foram alterados e promoveu-se a reorganização do Fisco e da Aduana.

Em relação ao programa de desregulamentação, foram instituídas: (a) a flexibilização ou supressão das normas prescritas por corporações para o acesso de seus membros ao mercado e a fixação de preços; (b) a eliminação do controle das associações de intermediários nos mercados de alimentos frescos; (c) a flexibilização e/ou suspensão da exclusividade da distribuição de remédios em determinados estabelecimentos; (d) a extinção dos controles e das reservas de transportes de cargas e passageiros, exercidos pelas instituições que controlam os sistemas de transportes; (e) a extinção de dez setores públicos regulatórios, como a Junta Nacional de Carnes, por exemplo; e (f) a suspensão dos regimes de incentivo setoriais (fiscais, franquias, etc.), como a siderurgia, a Marinha Mercante, etc (CANO, 2000). Em síntese, tratava-se da extinção de políticas de investimentos públicos setoriais e da abertura de mercado ao setor privado e externo.

3.1 Privatizações

Margheritis (1999), considerando as características gerais do processo privatizador sob o governo menemista, divide a implementação das privatizações em fases: a primeira rodada começou quando Menem assumiu o poder em 1989 e se estendeu ao longo de 1990 até começo de 1991. Esse período inclui o início do processo de venda da ENTel, que prestava serviços de telefonia, e da empresa pública de transporte aéreo Aerolíneas Argentinas. A segunda rodada foram as

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





empresas da rede rodoviária, vários canais de televisão e estações de rádio, algumas áreas petrolíferas centrais e secundárias, companhias petroquímicas e estradas.

Desse modo, essa primeira fase de implementação da política de privatizações foi motivada tanto pelo objetivo político de gerar credibilidade como pela necessidade de obter novos fundos, que permitiriam alcançar o equilíbrio nas Contas Nacionais e reduzir o endividamento externo.

Bonelli (2004) destaca também que o grande processo de vendas baratas das empresas agravou as taxas de desemprego e de subemprego e favoreceu a corrupção que marcou o modelo menemista, e as privatizações que originaram as suspeitas foram justamente as da ENTel, YPF e Aerolíneas Argentinas. Além disso, a venda das multinacionais intensificou a transnacionalização do sistema bancário, deixando o futuro dos argentinos na mão dos bancos estrangeiros, ou seja, o poder de decisão das empresas líderes estava agora no exterior.

O foco das privatizações mudou, na segunda rodada de privatizações, das empresas de infraestrutura para os bancos públicos e provinciais. A participação do capital estrangeiro também foi reduzida na segunda rodada de privatizações da década de 1990 na Argentina.

Segundo Cano (2000) e Bonelli (2004), os frutos das privatizações trouxeram mais problemas do que soluções para a economia argentina. O governo foi eficiente na destruição do patrimônio público, mas era lerdo e complacente no estabelecimento das regulações, que deveriam garantir a concorrência e qualidade dos serviços privatizados. As tarifas de serviços e de bens privatizados aumentaram significativamente, e a demanda sofreu uma contração devido à formação de desemprego estrutural na economia (BONELLI, 2004). A Venda abaixo do preço das empresas favoreceu a corrupção que marcou o modelo menemista. A ENTel e SOMISA foram vendidas a menos de 50% do seu valor estipulado. Segundo Bonelli (2004), houve aumento da concentração e oligopolização setorial, e a redução presumida do déficit público não se aplicava a muitas das empresas privatizadas, na verdade, trouxeram efeitos negativos de longo prazo no Balanço de Pagamentos. Sucedeu-se com o aumento na remessa de lucros e de mais juros por novos financiamentos. Outro fator notável foi o aumento do custo de vida em razão das altas



tarifas dos serviços privatizados, que aumentou 70% para os corredores diários, 141% para os telefones, 111,8% para o gás nas casas de família e 16% para o combustível. Em 1986, os serviços públicos representavam 10% do gasto familiar. Dez anos depois, a participação alcançou 17%².

Após a metade de 1999, a estratégia de privatizar empresas estatais como forma eficiente de manter o equilíbrio das transações com o exterior estava esgotada. Outro fator para o agravamento da crise econômica argentina foi a reforma do sistema previdenciário, que resultou na diminuição gradativa da receita do governo e na queda da renda real dos trabalhadores, aumentando o desemprego.

Durante toda a década de Menem, houve subestoque de capital, e a política para atrair capitais externos não foi eficiente em transformar esses capitais em investimentos na composição do produto, por enfrentar políticas de juros altos demais para permitir inversões no setor produtivo ou por direcionar esses capitais para a formação de moeda estrangeira, a fim de manter a convertibilidade do peso. Assim, a fragilidade do modelo argentino se escancarava, com queda na produção, no mercado de câmbio e de arrecadação, exigindo novos acordos com o FMI, alta dos juros, restrições financeiras, cortes dos gastos públicos e aumento da dívida pública, além de uma demanda insuficiente, aumento da concentração de renda, da pobreza, do desemprego e piora das condições de vida dos trabalhadores argentinos. Consolidou-se um modelo voltado à descapitalização das atividades econômicas e ao afastamento do potencial futuro de crescimento.

4 POLÍTICA ECONÔMICA DO BREVE GOVERNO DE LA RÚA (1999-2001)

Uma das primeiras estratégias de ação no âmbito da política econômica de De La Rúa foi justamente a continuidade à prática menemista de concordância com as instruções do FMI, isto é, um pacote de políticas macroeconômicas de reestruturação e de abertura da economia nacional em troca de mais créditos e nova renegociação de dívidas. A conservação da convertibilidade dependia diretamente de mais crédito

² Dados de Bonelli (2004).



externo e, por outro lado, o governo concedia o mesmo de antes, mais liberalização, privatizações, ajuste de reforma (FERRER, 2004).

Para Ferrer (2004), a estratégia do novo governo tenderia ao fracasso, porque recomendava a continuidade do regime de convertibilidade em uma situação crítica e um modelo definitivamente esgotado, adicionando a deterioração social causada pelo desemprego e pobreza, o que traria uma contestação mais intensa do que a FREPASO ao que o então novo presidente não atentou, para mudar o rumo de seu governo.

4.1 Nova agenda de “ajuste e reforma”

O que motivou a defesa de uma segunda geração de reformas, uma nova página da agenda de “Ajuste e Reforma”, foi a estagnação econômica e depois a recessão causada após a crise mexicana. As reformas seria a redução de salários, a extinção de benefícios sociais, o controle dos sindicatos e a transformação da poupança forçada do trabalhador em ganhos de eficiência marginal de fatores produtivos, efetuavam-se regularmente desde a ditadura militar de 1976-1983. Tais reformas se fizeram acompanhar de um forte aumento do desemprego. Quanto mais as políticas argentinas se aproximavam da agenda de reforma laboral do FMI, mais aumentava o número de desempregados no país (FERRER, 2004).

Em dezembro de 2000, o executivo encaminhou ao Congresso uma proposta de reforma trabalhista que acentuava as mudanças efetivadas na década de 1990. A lei 25.250 permitia que, diante de um acordo coletivo, a efetivação do trabalhador empregado pudesse ser adiada em até doze meses. Além disso, ampliou-se o corte das contribuições previdenciárias para empresas que contratassem mais funcionários; reduziu-se a trinta dias o período para finalizar processos trabalhistas³. No caso dos sindicatos, que se encontravam fragmentados diante do contexto político, econômico e social, suas negociações com as empresas poderiam se sobrepor ao texto da lei. As negociações ocorreriam em conversas entre um determinado sindicato, já

³ARGENTINA. Ley nº 25.250, de 11 de mayo de 2000. Trabajo Reforma Laboral - Su aprobacion. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=63208>. Acesso em: jul. 2021.



pulverizado, e a empresa. Em 11 de dezembro do mesmo ano, o Decreto 1.174 fortaleceu a prevalência da negociação coletiva sobre a lei atual⁴.

Entre as medidas econômicas que o acordo com FMI apresentou estavam: (a) corrigir as contas fiscais e melhorar estruturalmente as finanças do setor público, condição que consideram necessária para reduzir a crescente carga que a dívida pública impõe sobre a economia argentina e seu crescimento; (b) cortes seletivos no gastos público, um conjunto de medidas tributárias, que incluem aumento das alíquotas de imposto de renda, de internos, de combustível e dos bens pessoais e a ampliação do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA); (c) suspensão de novos benefícios no âmbito dos sistemas de promoção industrial e agrícola; (d) redução do número de secretarias nacionais e de funcionários contratados; (e) nova reforma no sistema de seguridade social e (f) um projeto de lei para transformar o Banco Nacional em uma Sociedade Anônima Estatal, dando mais transparência a suas operações, limitando a concentração de créditos (MINSBURG, 2001).

5 PANORAMA DA DESIGUALDADE SOCIAL ENTRE 1989-2001

Um dos argumentos mais repetidos pelo governo Menem para aprovação da reforma trabalhista era o da promessa de que, reduzindo os custos laborais, a economia voltaria a ser mais competitiva e, como consequência, haveria a geração de novos postos de trabalhos. Os benefícios dados aos empresários afetaram diretamente a renda do trabalhador, as contribuições previdenciárias, os sindicatos, e, conseqüentemente, o acesso à saúde e à educação (MINSBURG, 2001).

Para Romero (2001), foi a execução da lei de Emergência Econômica que propiciou ao capital externo as mesmas condições de benefícios de crédito e de tributos vigentes para a economia nacional, possibilitando a competição entre as indústrias nacionais e internacionais no país. Como as empresas multinacionais estrangeiras eram mais bem estruturadas, tiveram pouca dificuldade na concorrência com as empresas nacionais que, na maior parte dos casos, foram obrigadas a

⁴ARGENTINA. Decreto 1174/2000, de 14 de diciembre de 2000. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-1174-2000-65366/texto>. Acesso em: jul. 2021.



encerrar as atividades, fortalecendo o aumento da taxa de desemprego, como mostra o Gráfico 1.

Outro motivo que contribuiu para o cenário de alto desemprego foi o processo de privatização, devido ao qual, com objetivo de obter melhores resultados, as empresas diminuía o número de funcionários através de demissões em massa e de acordos de demissão voluntária. No âmbito da recessão, a taxa de desemprego disparou e o salário despencou. De acordo com Lindenboim e González (2004), essa diminuição do salário deu-se devido ao aumento das modalidades de trabalho, como os contratos de trabalhos temporários, o crescimento do número de trabalhadores desempregados e das limitações das ações dos sindicatos.

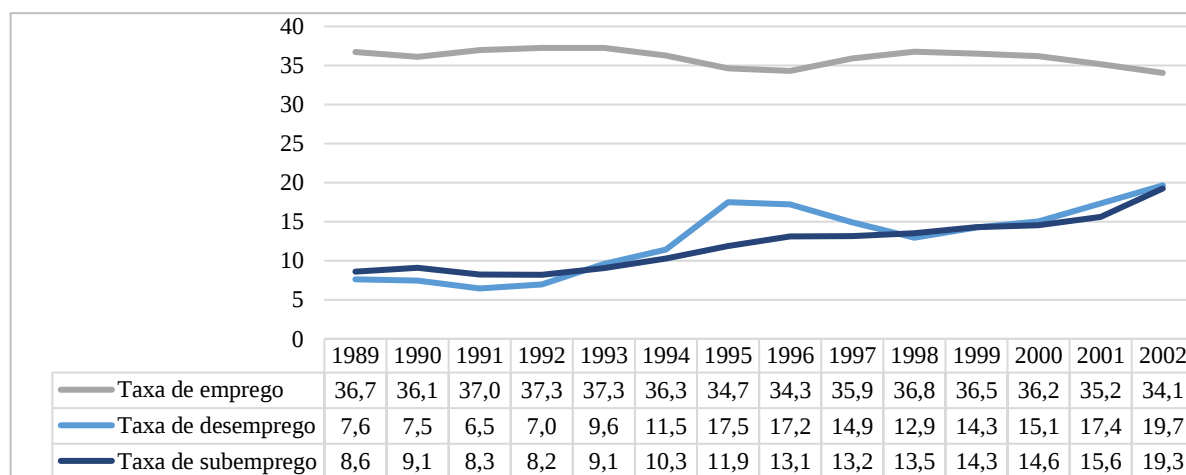


Gráfico 1 – Argentina: taxa de emprego, desemprego e subemprego % (1989 – 2001)

Fonte: EPH, INDEC.⁵

O aumento da população em situação de indigência e pobreza⁶ foi outro fator resultante da agenda “Ajuste e Reforma”. Como pode ser observado no Gráfico 2 , a década já havia começado com uma alta taxa de pobreza, devido aos impactos da hiperinflação e da crise do governo radical. Os anos de crescimento econômico pós conversibilidade possibilitou a redução da pobreza, porém essa perspectiva se

⁵ REPUBLICA ARGENTINA. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Encuesta Permanente de Hogares (EPH). Dados disponíveis em: www.indec.gov.ar

⁶ É importante destacar também que o INDEC considera abaixo da linha da pobreza as pessoas cuja renda ou renda familiar *per capita* é inferior ao valor necessário para atender todas as necessidades básicas (moradia, alimentação, saúde, lazer, educação, etc.). E a taxa de indigência é estimada a partir do necessário apenas para alimentação (valor de uma cesta básica).



transformou a partir de 1994, até que, em 2002, o índice de pobreza superou àquele do período hiperinflacionário (LINDENBOIM; GONZÁLEZ, 2004).

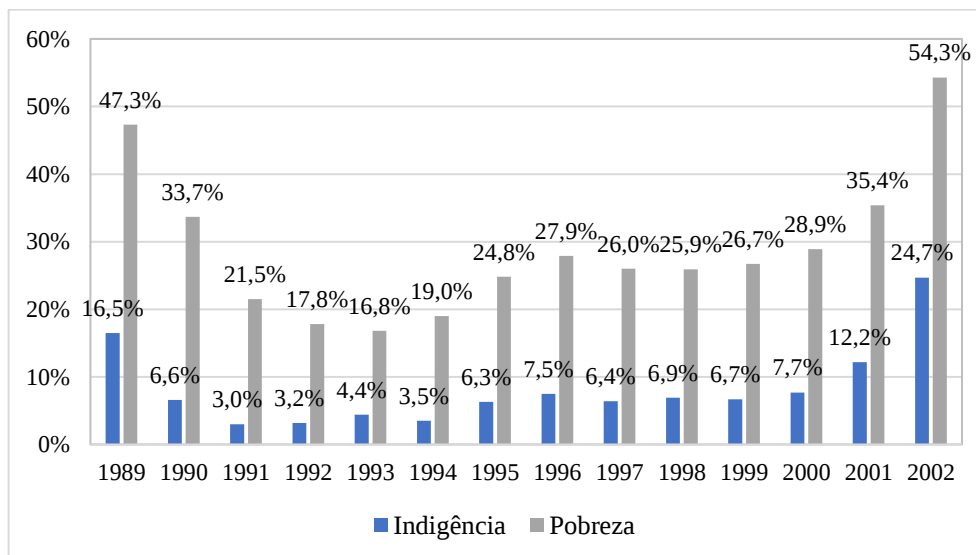


Gráfico 21 – Argentina: evolução da população que vive com rendimentos abaixo da linha da pobreza e indigência na Grande Buenos Aires - 1989 – 2002
Fonte: EPH, INDEC.⁷

A partir do Gráfico 3, pode-se observar que, de fato, as medidas efetivadas durante o período dos governos Menem e De La Rúa tiveram tendência em beneficiar uma parte pequena da população argentina, concentrando a renda na parcela mais rica. Essas medidas foram: a redução dos custos do trabalho das contribuições previdenciárias que favoreceu os grandes empresários, o corte de gastos sociais, o amparo ao mercado exterior em detrimento da população e o aumento de impostos com objetivo de alcançar o equilíbrio das contas públicas para atrair investimento do exterior. O Gráfico 3 mostra ainda que a renda das famílias mais pobres foi reduzida durante a década de 1990, enquanto a das famílias mais ricas aumentou. Embora todas as parcelas tenham apresentado redução nas suas rendas nesse período, com exceção das famílias mais ricas, a renda mais afetada foi a das famílias que ocupam a parcela mais pobre. Houve uma redução de quase 15% na renda dos mais pobres, em uma década, ao mesmo tempo que o segundo Quintil teve uma perda de 11%, o terceiro perdeu 7% e o quarto perdeu aproximadamente 5%.

⁷ REPUBLICA ARGENTINA. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Encuesta Permanente de Hogares (EPH). Dados disponíveis em: www.indec.gov.ar

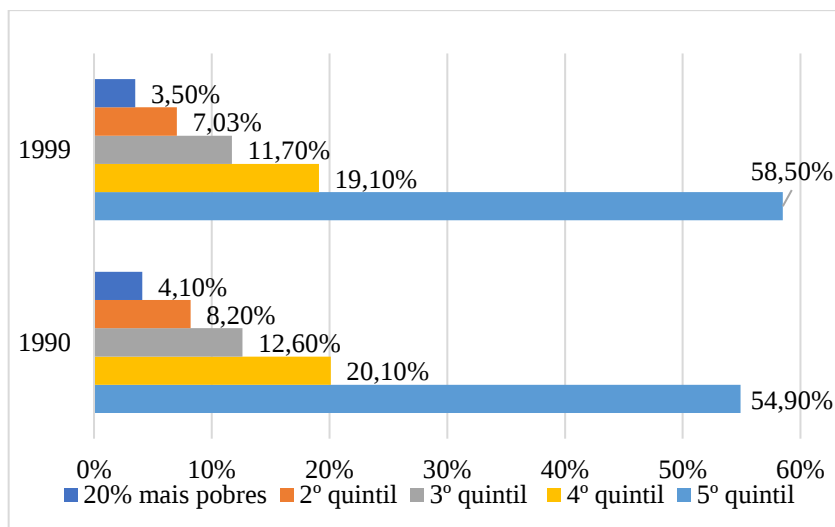


Gráfico 3 – Argentina: distribuição de renda entre as famílias - 1990 – 1999
Fonte: Anuário estatístico, Cepal, 2004.

Outro índice utilizado para indicar desigualdade e concentração de renda é o coeficiente de Gini, apresentado no Gráfico 4. A Argentina passou a ser um dos países mais desiguais da América Latina a partir de 1994, com o índice de Gini em 0,489. Com o auge da crise, atingiu 0,533 em 2001. As reformas da agenda “Ajuste e Reforma” beneficiaram também um processo de concentração de renda que não poderia ser modificado em curto e médio prazos. A política liberal que promoveu o corte no custo da mão de obra como plano para atrair mais competitividade ao mercado argentino e investimento privado e, com isso, criar novos postos de trabalho, gerou a queda da renda média e o aumento da desigualdade social da população argentina.

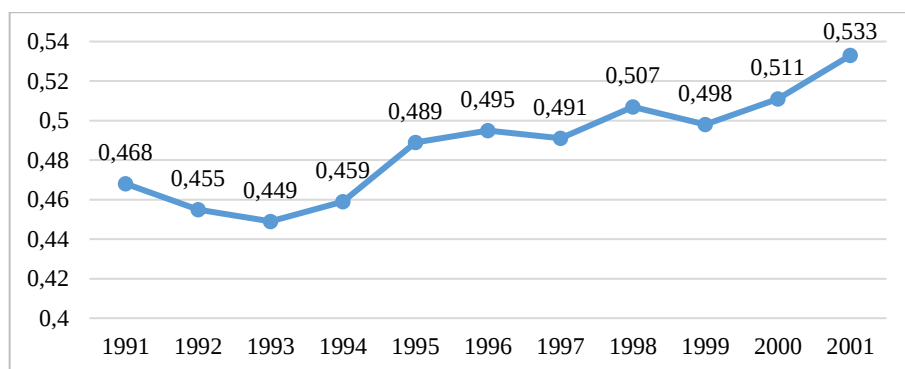


Gráfico 4 – Argentina: coeficiente de gini - 1991 – 2001
Fonte: Banco Mundial.⁸

⁸ Base de dados do Banco Mundial. Dados disponíveis em: <https://datos.bancomundial.org/>



6 CONCLUSÃO

Depois de treze anos de cumprimento da agenda de “Ajuste e Reforma” neoliberal estabelecida pelas instituições financeiras internacionais, FMI e Banco Mundial, a Argentina alcançou o maior índice de pobreza e de indigência da sua história. O colapso argentino ocorreu após uma sequência de crises políticas, econômicas e sociais. A taxa de desemprego de 19,7%, em 2001, revelava o nível de desequilíbrio ao qual o país chegou, ao se submeter às reformas. Nenhum recurso seria capaz de frear a crise e seus efeitos sobre a população.

As consequências das reformas políticas neoliberais podem ser resumidas em alguns pontos: (a) uma demanda insuficiente que não sustentava um crescimento a longo prazo; (b) economia mais vulnerável a ataques especulativos; (c) alta concentração de renda, acompanhada do aumento da pobreza e da indigência; do desemprego e do agravamento da vida dos trabalhadores. Sendo assim, a política neoliberal, executada pelo governo Menem (1989-1999) e pelo governo de De La Rúa (1999-2001), conduzia-se para o benefício de grupo exclusivo, formado pelo capital internacional e pelos gerenciadores desse capital em âmbito nacional.

Nessa perspectiva, a agenda “Ajuste e Reforma” também foi uma reorientação da economia argentina, no lugar de uma rejeição exportadora de produtos primários e matéria-prima, assumindo o papel da periferia na divisão internacional do trabalho. É importante destacar que a reorientação do aprofundamento das medidas neoliberais também afetou a indústria nacional, visto que os setores da construção e de serviços não conseguiram absorver a mão de obra desempregada pelo setor industrial e pelas instituições públicas que também demitiram em massa, com o objetivo de serem privatizadas. Portanto, a prioridade das reformas neoliberais era o crescimento econômico, não importava se fosse à custa do aumento do desemprego, da pobreza, da indigência, da concentração de renda e da desigualdade.

REFERÊNCIAS

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO



SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO





BONELLI, M. **Un país em deuda: la Argentina y su imposible relación con el FMI.** Buenos Aires, Planeta, 2004.

CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

COMISSIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuário Estatístico 2003.** Dados disponíveis em: www.eclac.org. Chile, 2004.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FERRER, A. **La economía Argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 4ª. ed, 2004.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2014.

LINDENBOIM, J; GONZÁLEZ, M. **El Neoliberalismo al rojo vivo: mercado de trabajo en Argentina.** Cuaderno del Ceped, Buenos Aires, n. 8, jun. 2004.

MARGHERITIS, A. **Ajuste y Reforma en Argentina (1989 - 1995):** La economía política de las privatizaciones. Buenos Aires: Nuevohacer, 1999.

MATTEI, L. Trajetória e atualidade da desigualdade na América Latina. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v.7, nº 2. mai/ago, 2017.

MINSBURG, N. **La economía posmenemista: ¿Atrapada sin salida?.** Buenos Aires: Eudeba. 2001.

PUELLO-SOCARRÁS, J. Neoliberalismo, antiNeoliberalismo, nuevo Neoliberalismo. Episodios y trayectorias económico-políticas suramericanas (1973-2015). In: VILLAGRA, L. **Neoliberalismo em América Latina: Crisis, tendências y alternativas.** 1ª ed. Asunción: CLACSO, 2015, p. 19-42.

ROMERO, L. A. **Breve historia contemporánea de la Argentina.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2. ed., 2001.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO

